

11
2011

R

Revista de História da Sociedade e da Cultura



Centro de História da Sociedade e da Cultura
Universidade de Coimbra

Coimbra

Todas as tecnologias de transportes e de comunicações continuarão a evoluir em busca da rapidez, da velocidade, tal como os antigos veleiros de que falámos atrás. Em boa verdade, a evolução do processo de globalização mede-se pela velocidade da transmissão das comunicações. Em termos metafóricos, podemos dizer que o alfa e o ómega desta evolução está entre a diferença dos três anos que demorou a viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães e a possibilidade da transmissão da comunicação/informação, através de todo o Mundo, em tempo quase real. Ainda falta resolver o “quase”.

José Manuel Azevedo e Silva

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
jazevedosilva@gmail.com

MARTINS, Miguel Gomes – *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média*. Lisboa, Esfera dos Livros, 2011 (435 pgs.).

A prestigiada editora A Esfera dos Livros publicou recentemente a obra *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média*. O autor é Miguel Gomes Martins, Licenciado em História pela Faculdade de Letras de Lisboa, Mestre e Doutor em História da Idade Média pela Universidade de Coimbra.

Trata-se de um livro grande (435 pgs.) e, diga-se desde já, de um grande livro. Mais um com a assinatura da Esfera, uma das editoras que mais tem feito pela História no mercado livreiro português. Para começar, para quem gosta de livros, esta obra é um belo objecto. Tem um formato bastante simpático (16 x 23,5 cm), uma capa bonita (reprodução de uma iluminura da *Bíblia* da Pierpont Morgan Library, de Nova Iorque), papel de boa qualidade, uma mancha tipográfica que assegura uma leitura confortável (e com margens suficientes para anotações), mapas e esquemas de batalha (a preto-e-branco) de boa qualidade e, ainda, um caderno central de extra-textos a cores. Gralhas, há muito poucas, mesmo para quem gosta de lhes fazer caça.

Do ponto de vista do conteúdo, *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média* é um livro que revela um excelente compromisso entre

‘investigação’ e ‘divulgação’. É uma obra com uma escrita agradável, fácil de acompanhar e até com algum humor, mas ao mesmo tempo trata-se de um livro de História muito bem fundamentado. Basta dizer que arrola 36 títulos na zona das Fontes Publicadas (na sua maioria fontes narrativas, sobretudo portuguesas e castelhanas) e uma Bibliografia com 134 entradas que reúne os melhores trabalhos internacionais da especialidade. Há ainda 761 breves notas, arrumadas no final, capítulo a capítulo, mas preciosas para quem desejar aceder a uma melhor identificação das fontes literárias e explorar uma ou outra passagem. Teria sido útil incluir também um Índice Remissivo, mas reconheço que – dada a quantidade de nomes e locais citados ao longo da obra – isso pudesse alongar o trabalho e retirar-lhe competitividade comercial.

Como o nome indica, o livro trata da prática da guerra em Portugal ao longo da Idade Média. O autor escolheu 15 casos, que considerou relevantes do ponto de vista militar mas também político, e que se distribuem harmoniosamente ao longo de um arco cronológico de 246 anos (entre 1139 e 1385). Houve a intenção de garantir a presença de campanhas ocorridas durante os reinados de todos os monarcas da primeira dinastia, à exceção de D. Pedro I (1357-1367), o que se compreende bem uma vez que, durante os 10 anos de governo do ‘rei justiceiro’, o que imperou foi a paz e não a guerra.

O primeiro capítulo trata da Batalha de Ourique (1139) e evoca o temerário fossado do príncipe Afonso Henriques até aos arredores de Sevilha, assim como a batalha campal que dele acabou por resultar quando a perseguição almorávida conseguiu alcançar, a sudoeste de Beja, a coluna portuguesa que regressava a casa carregada com um imenso despojo. Trata-se de uma batalha que poderíamos considerar ‘fundadora’ e que constituiu um sucesso importante para o jovem príncipe, tendo provocado uma retaliação cruel dos muçulmanos ao longo dos anos seguintes, expressa nos ataques dirigidos a Leiria e a Soure.

O segundo e o terceiro ‘casos de estudo’ estão articulados e situam-se ambos em 1147. D. Afonso Henriques desejava conquistar Lisboa e sabia que poderia contar com a ajuda de uma importante frota de Cruzados a caminho da Terra Santa, mobilizados por S. Bernardo de Claraval no âmbito da Segunda Cruzada. Porém, o monarca português tinha consciência de que uma ofensiva consistente contra Lisboa pressupunha a captura prévia

de Santarém. Por isso, em meados de Março de 1147, organizou um assalto furtivo, pela calada da noite, a esta praça, em que o protagonista foi Mem Ramires, possivelmente um moçárabe que conhecia bem o lugar e que se saiu a contento da tarefa. Tomada Santarém, Afonso Henriques avançou para o assalto a Lisboa, que sujeitou a um cerco de quatro meses (entre Julho e Outubro de 1147) durante o qual foram utilizados grandes meios de assédio (torres móveis, minas, aríetes, trabucos, etc.) e onde a colaboração dos cerca de 15.000 Cruzados se revelou essencial.

O quarto caso descrito por Miguel Gomes Martins é o ‘fossado de Triana’, uma operação que teve lugar em 1178, perto do final do reinado de Afonso Henriques mas interpretada pelo seu filho Sancho, o príncipe herdeiro. Com o pai impedido de comandar as tropas devido ao acidente sofrido em Badajoz, em 1169, o fossado de Triana constituiu um verdadeiro tirocínio para o jovem Sancho. E foi também um acontecimento decisivo para a sua afirmação como líder político e como chefe de armas. José Mattoso considerou esta operação militar como uma das mais ousadas de toda a história medieval portuguesa, tanto mais que ela não envolveu apenas uma cavalgada devastadora até à Andaluzia mas também uma batalha campal nas imediações de Alcácer do Sal, em que os Almorávidas foram novamente derrotados.

Em 1217, Alcácer estava de novo nas mãos dos muçulmanos (agora da dinastia dos Almóadas) e era importante reconquistá-la de modo a garantir a segurança de Lisboa e a abrir caminho para uma derradeira ofensiva, rumo ao Alentejo e ao Algarve. Foi o que pensou D. Afonso II, tendo a operação sido viabilizada pelo grande empenhamento do bispo de Lisboa, D. Soeiro Viegas, e, mais uma vez, por um contingente de Cruzados em trânsito para o Médio Oriente, agora no âmbito da Quinta Cruzada. O cerco de Alcácer durou quatro meses e implicou uma batalha campal contra um exército muçulmano que acorreu em socorro da praça, mas terminou com a vitória dos cristãos.

Chegamos assim ao sexto caso considerado no livro. Trata-se da guerra civil de 1245-1248, entre o rei D. Sancho II e o seu irmão, o infante D. Afonso (futuro D. Afonso III). Miguel Gomes Martins recorda o contexto desta guerra fratricida, com a deposição de Sancho pelo papa Inocêncio IV e com a nomeação do então ‘conde de Boulogne’ como ‘curador’ do reino de Portugal. Lisboa serviu de quartel-general das forças ‘rebeldes’, enquanto

Coimbra reuniu os principais partidários de Sancho II, entre os quais se destacava Martim Gil de Soverosa. A guerra envolveu numerosas operações militares, incluindo a célebre Lide de Gaia (um triunfo das forças afectas a D. Sancho) e um combate decisivo na região de Leiria, em que a vitória sorriu aos ‘rebeldes’. O autor salienta também o envolvimento castelhano nesta guerra civil (através do infante D. Afonso, futuro rei Afonso X, ao lado de Sancho II) e recorda a dolorosa retirada de Sancho para Toledo, onde a morte o surpreenderia logo em Janeiro de 1248.

Depois de uma guerra que dividiu o reino, nada mais oportuno para o novo monarca, D. Afonso III, do que uma operação aglutinadora, capaz de acalmar as tensões e de reforçar a autoridade do monarca. Surge assim a narrativa da conquista de Faro, em 1249, o sétimo caso considerado no novo livro de Miguel Gomes Martins. A operação acabou por não suscitar a adesão de muitas das grandes figuras da nobreza (assunto que o autor procura explicar, talvez com excessiva demora), mas foi um sucesso, em boa parte devido à colaboração da Ordem de Santiago e do seu Mestre, D. Paio Peres Correia. Ficava praticamente concluída a Reconquista portuguesa, o que o próprio Afonso X de Leão e Castela reconheceria em 1267, ao renunciar formalmente à tutela sobre o Algarve.

Os dois casos seguintes são talvez mais políticos do que militares, mas não menos interessantes. O oitavo diz respeito à campanha de D. Dinis em Castela, em 1296, tentando explorar as dificuldades do novo monarca, Fernando IV, que acabara de herdar o trono de Leão e Castela aos 10 anos de idade. Neste contexto, formou-se uma vasta coligação que reuniu Portugal, Aragão, o próprio rei de Granada e a oposição castelhana! A hoste portuguesa não se envolveu em grandes combates, mas a sua retirada teve um preço reconfortante: resultou num acordo que permitiu a Portugal incluir no seu território a região de Ribacoa (Castelo Rodrigo, Alfaiates, Sabugal, ...), para além de algumas praças alentejanas. O nono episódio estudado aborda o conflito luso-castelhano de 1336-1338, que opôs D. Afonso IV a Alfonso XI. Neste caso, que as revoltas nobiliárquicas em Castela (Juan Nuñez de Lara, Don Juan Manuel) assim como os maus-tratos dispensados à rainha castelhana D. Maria (filha do monarca português) ajudam a explicar, houve mais actividade militar e pouco bem sucedida para os exércitos portugueses: derrotas na batalha terrestre de Villa Nueva de Barcarrota e

no combate naval de Farrovilhas. E nem sequer se pode dizer que a solução final tenha sido compensadora, embora possa ter ajudado a uma certa reabilitação da rainha D. Maria na corte castelhana, ao mesmo tempo que trouxe finalmente para Portugal, para casar com o infante D. Pedro, a filha de Don Juan Manuel, D. Constança Manuel, em cujo séquito brilhava a jovem e bela Inês de Castro...

Ferida a unidade ibérica, o papado ajudou a congregar Portugal e Castela na luta contra a ofensiva dos Beni-merines em torno do estreito de Gibraltar. Tarifa fora cercada em Setembro de 1340 pelo sultão muçulmano, Abu-I-Hassan, e isso levou a um acordo entre D. Afonso IV e o seu genro Alfonso XI, negociado no castelo da Juromenha com os bons ofícios da rainha D. Maria. Desse acordo resultou a organização de um exército comum que viria a libertar a praça sitiada na sequência de uma memorável batalha campal (talvez a última da Reconquista) travada nas margens do rio Salado em 30 de Outubro de 1340. É este o décimo caso estudado por Miguel Gomes Martins, e um caso de grande impacto político e até económico.

Segue-se a descrição do cerco de Lisboa de 1373, ocorrido no quadro da segunda guerra fernandina contra Castela. Um assédio para o qual a capital portuguesa não estava minimamente preparada, pois dispunha ainda da mesma muralha (a Cerca Moura) que tinha em 1147, apesar do significativo aumento populacional. O início do conflito trouxe a Portugal um dos famosos chefes militares da Guerra dos Cem Anos (o condestável francês Bertrand Du Guesclin) e nele deve ter desempenhado um papel importante Diogo Lopes Pacheco, um dos algozes de Inês de Castro. Fernando teve de render-se e daí resultou a assinatura do Tratado de Santarém, bastante gravoso para Portugal.

Os três casos seguintes, no fundo, reúnem-se num só: o cerco de Lisboa de 1384, no âmbito da Crise Sucessória de 1383-1385. É bem conhecido o aparato do arraial de D. Juan I, do mesmo modo que se conhece a forma tenaz como a capital (já munida de uma nova muralha) resistiu ao cerco e como este terminou sem honra nem glória para os Castelhanos, fustigados por um surto de peste que quase vitimava a rainha D. Beatriz. Durante esta operação, que decorreu entre fins de Maio e inícios de Setembro de 1384, teve lugar o cerco castelhano a Almada (que se entregou a D. Juan I, martirizada pela sede, em inícios de Agosto) e também a batalha naval do Tejo, em meados

de Julho, uma operação que visava furar o bloqueio e reforçar em armas e em mantimentos a cidade de Lisboa. Tais são os temas dos capítulos 12, 13 e 14 do livro de Miguel Martins, que se completa logo depois com a reconstituição da batalha de Aljubarrota, travada a 14 de Agosto de 1385 e já bastante bem conhecida do público português.

Identificados os temas de todos os capítulos do livro, convém acrescentar alguns comentários finais. Em primeiro lugar, gostaria de realçar a excelente organização interna do trabalho. Cada episódio abre com um mapa (ou com um esquema) muito claro (ainda que haja pequenos ajustamentos a introduzir, numa 2.^a edição, nos casos do Salado, do combate naval do Tejo e de Aljubarrota), seguindo-se um breve mas utilíssimo *excursus* (cerca de meia-página) de contextualização político-militar do evento e, depois, a narrativa do autor, entremeada por pequenas pausas e por subtítulos bem conseguidos. No final, o leitor é agradavelmente surpreendido com um novo *excursus*, desta feita para identificação e comentário das fontes utilizadas para a reconstituição do episódio. Aqui e além, surgem pequenas citações, o que confere ao trabalho um ‘sabor medieval’ deveras estimulante.

Realço também a excelente articulação entre ‘história política’ e ‘história militar’ ao longo de toda a obra. Nem sequer se pode dizer que este seja um livro de história militar ‘pura e dura’. Ou, se o é, trata-se de história militar da mais moderna, globalizadora, totalizante, muito atraente e contextualizada, que ora explora as operações de razia, ora se concentra em grandes manobras de assédio de praças-fortes, ora descreve em pormenor batalhas (terrestres ou navais) muito relevantes da primeira dinastia portuguesa. Em qualquer dos casos, o autor oferece-nos uma cuidadosa reconstituição de locais, de datas, de efectivos, de itinerários (caso flagrante do fossado de Triana) e até uma recriação dos ambientes psicológicos de maior tensão vividos em momentos nucleares, como o que precedeu a batalha de Ourique.

Em minha opinião, este livro é especialmente bom na reconstituição das cavalgadas e das operações de cerco (o ataque a Santarém, por exemplo, é tratado de forma exemplar). No caso das batalhas campais, a tarefa é muito mais difícil e o autor tem consciência disso. Mas tem também o grande mérito de ousar avançar com propostas inovadoras de reconstituição dos dispositivos tácticos muçulmanos e cristãos em Ourique ou no Salado,

o que será precioso para a continuação da investigação sobre estes temas. Este livro sabe tornar simples (embora quem esquematiza sabe que, aqui e além, também distorce um bocadinho) aquilo que é muito complexo. E fá-lo com grande conhecimento de causa e tirando sempre partido de uma observação da história portuguesa que é feita à escala peninsular, e não meramente local, o que enriquece bastante o trabalho.

Por fim, quero dizer que *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média* é um livro repleto de pequenos episódios deliciosos, desde a aclamação do príncipe Afonso Henriques (então com apenas 30 anos de idade) antes da batalha de Ourique até à história do marinheiro que, em poucas horas, atravessou seis vezes o rio Tejo a nado, de madrugada, para transmitir mensagens entre o Mestre de Avis (que estava cercado em Lisboa) e a guarnição sitiada de Almada, passando pelo ‘raptó’ da rainha D. Mécia Lopez de Haro (esposa de D. Sancho II) em Coimbra, em 1246, provavelmente com o seu consentimento e graças à ousadia de um ‘comando’ chefiado por Raimundo Viegas de Portocarreiro, disfarçado com as armas dos Soverosa para enganar a guarnição da praça que constituía o principal reduto dos apoiantes d’ *O Capelo*...

Trata-se, em suma, de um excelente livro de informação, de cultura geral (para quem gosta de História de Portugal e da Península Ibérica), mas também de um livro muito adequado e até bastante estimulante para os nossos actuais alunos universitários. É um livro original, extremamente bem fundamentado mas nada cansativo, dirigido a um público muito amplo e que merece ter sucesso, a exemplo de outros grandes títulos de História editados nos últimos anos pela Esfera dos Livros.

João Gouveia Monteiro

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
jgmonteiro@mail.telepac.pt

VAINFAS, Ronaldo – *Jerusalém colonial. Judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 (376 pgs.)

O mais recente estudo de Ronaldo Vainfas, professor titular de História Moderna na Universidade Federal Fluminense e um dos mais consagrados